

REQUERIMENTO Nº , de 2023 - CPMI – 8 de janeiro

Requeiro, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI – 8 de janeiro, a inquirição de PAULO SERGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, CPF 499.130.507-15, como testemunha, sob compromisso.

JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas têm por objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito na medida em que faz parte do escopo delimitado no plano de trabalho a investigação de possíveis condutas ou omissões de agentes públicos, que culminaram com os eventos de 8 de janeiro de 2023.

O General em questão foi acusado de participar de tramas conspiratórias contra a lisura do processo eleitoral brasileiro por diversas vezes. Em 17 de agosto de 2023, durante a 13ª Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023, o militar foi acusado pelo depoente Walter Delgatti Neto de ter solicitado uma forma de fraudar as urnas eletrônicas no Brasil, demonstrando que não seriam seguras, nos seguintes termos:

“O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Mas ele, ainda assim, não satisfeito, chamou o ex-Ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira para lhe dar todas as condições, para lhe dar todos os caminhos, para ter contato com os técnicos para que o senhor pudesse, de algum modo, fraudar a urna. Confirma essa informação?

O SR. WALTER DELGATTI NETO - No caso, fraudar as eleições, não é?

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - As eleições.

O SR. WALTER DELGATTI NETO - Sim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Confirma essa informação?

O SR. WALTER DELGATTI NETO - Confirmo.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Quais foram as condições, quais foram os caminhos que o ex-Ministro da Defesa - é irônico - lhe deu para que o senhor pudesse fraudar as eleições?

O SR. WALTER DELGATTI NETO - Inicialmente, foi tudo o que consta no relatório, mas a ideia do Ministro era que eu mostrasse que não é segura, que é vulnerável a urna. Então, o relatório foi feito nesse sentido: de não comprovar a lisura; a fragilidade, no caso.”

Além disso, surgiram na mídia possíveis trechos da delação premiada do Tenente-Coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, em delação à Polícia Federal (PF). Cid afirmou que ocorreu uma reunião entre o então presidente Jair Bolsonaro (PL), a cúpula das Forças Armadas e alguns de seus ministros mais próximos, em que foi apresentada uma proposta de golpe de Estado por meio de uma intervenção militar.

Segundo consta, o Almirante de Esquadra da Marinha Almir Garnier afirmou que “suas tropas estariam prontas para responder à convocação de Bolsonaro”. No entanto, o Comando do Exército não teria apoiado expressamente a intervenção militar.

Assim, considerando sua possível participação em conversas de teor golpista, não se pode admitir a utilização de importantes funções para corromper a ordem democrática brasileira, sendo que é dever desta Comissão apurar a veracidade das graves afirmações relatadas a esta Comissão.

Pensa-se que a oitiva trará informações de grande valia para a condução dos nossos vindouros trabalhos na presente Comissão. Solicita-se, assim, o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senadora ELIZIANE GAMA